

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.505.449 - PA (2019/0144562-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARIO ANTONIO DA SILVA LISBOA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MARIO ANTONIO DA SILVA LISBOA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO QUALIFICADO - ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIENCIA PROBATORIA. IMPROCEDENCIA. 1. Os elementos de prova constantes dos autos, produzidos tanto em sede policial como em juízo, harmônicos e coerentes entre si, elucidam os fatos e evidenciam a autoria delitiva do apelante no cometimento do crime de roubo qualificado, não havendo que se falar em ausência probatória.

APLICAÇÃO DA TENTATIVA OU AFASTAMENTO DA MAJORANTE PELO USO DE ARMA BRANCA. PARCIAL PROVIMENTO. APLICAÇÃO DA NOVATIO LEGIS IN MELLIUS (LEI Nº 13.654/2018). Não há que se falar em tentativa se o acusado logo após subtrair a res da vítima, ainda conseguiu evadir-se, embora tenha sido detido logo após o que demonstra que ocorreu a inversão da posse da res.

Assiste razão a defesa para excluir a causa de aumento pelo uso de arma branca, no entanto, não pela fundamentação disposta pela defesa, ou seja, ausência de constatação da sua potencialidade lesiva, e sim pela nova redação da Lei n. 13.654/2018 publicada em 23 de abril de 2018, que excluiu das majorantes do crime de roubo o uso de arma branca.

Assim, reclassifico a conduta do réu para os lindes do artigo 157, caput, do Código Penal, resultando a sua pena definitiva em 04 (quatro) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa, a ser cumprida no regime aberto (art. 33, § 2º, "c" do CPB).

RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

Quanto à controvérsia, alega violação do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, no que concerne à insuficiência de provas suficientes para a condenação, trazendo os seguintes argumentos:

Não há, nesse sentido, nos autos, provas cabais de ter o apelante cometido o crime de roubo, já que a vítima não foi nem ouvida em juízo para confirmar os fatos narrados na denúncia, ou esclarecer como se desdobrou a ação delitiva, requisito essencial para ensejar em uma condenação, tendo o Ministério Público, inclusive, desistido de sua oitiva. A única testemunha, um policial militar, que é apenas testemunha de apresentação, não presenciando o ocorrido.

Vale ressaltar que, às fl. 177 dos autos, consta uma certidão referente ao mandado de intimação da vítima Sra. Liliane Leal Santos, onde o Oficial de justiça certifica que foi informado pela avó da vítima, que esta é usuária de drogas e atualmente vive perambulando pelas ruas desde que saiu de casa em maio de 2013.

Também importante frisar que o próprio membro do Parquet em suas alegações finais realizada de modo oral, pugnou pela absolvição do ora recorrente, conforme afirmado pelo Juízo singular através de sentença, à fl. 181, dos autos. (fls. 305).

Temos, assim, somente o depoimento de um único policial militar envolvido na diligência. Não se está aqui a desmerecer os depoimentos prestados por policiais militares. No entanto, exige-se que tais depoimentos sejam ratificados por qualquer outro meio de prova, o que não ocorre no presente caso, sendo, assim, uma prova precária, já que a vítima, conforme se depreende dos autos, não foi sequer ouvida em juízo.

É bem ver verdade que os depoimentos de policiais nos processos criminais são prestigiados pela doutrina e jurisprudência. No entanto, tal prova deve ser analisada à luz das demais produzidas nos autos, uma vez que a simples condição de policial não traz garantia de ser o mesmo considerado infalível em suas ações. (fls. 306).

[...]

A legislação processual penal é clara ao dispor que toda prova é relativa, necessitando, cada uma, de se harmonizar com o conjunto probatório. Milita, assim, em favor do apelante, uma dúvida que não pode ser desconsiderada. Como claramente nos mostra a jurisprudência e doutrina pátrias, para haver uma condenação criminal, há necessidade da prova, cabal, da autoria imputada ao apelante: [...] (fls. 306).

Tendo em vista as circunstâncias fáticas consideradas no Acórdão recorrido, vislumbra-se que as provas em relação ao crime imputado ao réu são insuficientes. Então, diante do evidente o error iuris in iudicando proveniente de equívoco na valoração das provas, assevera-se que a decisão condenatória afrontou o art. 386, inc. VII, do Código de Processo Penal, merecendo ser reformada. (fls. 308).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal

demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente